

Finanças públicas

Pressão leva Haddad a criar grupo para lidar com pastores

Bancada evangélica ameniza críticas após reunião; ministro cita 'politização' do tema da Previdência das igrejas

FERNANDA TRISOTTO
AMANDA PUPO
BRASÍLIA
RAYANDERSON GUERRA
RIO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o governo criou um grupo de trabalho para discutir a isenção tributária sobre a remuneração de pastores. Segundo ele, houve uma "politização indevida" do tema. O anúncio foi feito ontem após encontro com congressistas da Frente Parlamentar Evangélica.

Na quarta-feira, a Receita Federal havia suspenso uma medida da gestão de Jair Bolsonaro que garantia aos pastores o status de contribuinte individual e, na prática, dava às igrejas argumentos para contestar a cobrança de dívidas previdenciárias sobre as prebendas (no-

me dado à remuneração eclesial). A decisão gerou duras críticas da bancada evangélica no Congresso.

“Suspendemos um ato e criamos um grupo de trabalho, com União e TCU (*Tribunal de Contas da União*), para entender como interpretar a lei aprovada no Congresso de forma a nem prejudicar nem beneficiar quem quer que seja”, afirmou Haddad.

INTERPRETAÇÃO. De acordo com o ministro, como há dúvidas acerca da interpretação, o grupo de trabalho com técnicos de órgãos de controle ajudará a estabelecer a interpretação definitiva da regra sobre isenção tributária para igrejas. “O papel da Receita e do governo é cumprir a lei, de acordo com o que foi estabelecido pelo Congresso”, disse.

Segundo Haddad, a Receita busca entendimento sobre a extensão desse benefício e isso é fundamental para que os auditores tenham segurança jurídica ao interpretar e aplicar a regra sobre isenção tributária. "Como houve ato não convalidado e há, por parte do TCU,



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebe congressistas da Frente Parlamentar Evangélica

“A AGU foi acionada para pôr fim à discussão. Houve muita politização indevida, estamos discutindo regra e vamos despolitizar isso”

Fernando Haddad
Ministro da Fazenda

questão que ainda não foi julgada, não podemos continuar convivendo com essa questão *(de incerteza sobre interpretação)*. É para isso que a AGU foi acionada. Estamos aqui para atender à lei. A AGU foi acionada para pôr fim à discussão. Houve muita politização indevida, estamos discutindo regra e vamos despolitizar isso", disse.

'SUSPENSÃO'. Após o encontro, os deputados Silas Câmara (Republicanos-AM), presiden-

te da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara, e Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) confirmaram que o grupo de trabalho culminará na edição de um novo ato para regulamentação. Câmara — um dos críticos mais severos da suspensão do ato, que classificou como “lamentável” — fez questão de dizer que não houve cancelamento, apenas suspensão de ato regulatório que tratava sobre o tema, e que isso ocorreu por uma série de desconfortos. Segundo o deputado, o questionamento feito a Haddad foi sobre a queda do ato que regulamentava a aplicação da lei.

Com o restabelecimento do diálogo, a expectativa é de que cessem os ruídos sobre a suspensão da regulamentação, que precisa refletir os apontamentos de órgãos de controle, como TCU e Ministério Público da União. Ele também reite-

rou que a suspensão do ato não provoca perdas aos pastores e que essa é afirmação duvidosa, já que a lei não foi alterada. Questionado sobre indícios de mau uso do instrumento por parte dos pastores, Câmara rechaçou as acusações e disse que não existe no segmento religioso, sobretudo evangélico, nenhum "jeitinho" para usar benefícios irregularmente.

Crivella afirmou que não há perseguição do governo em relação à lei que dá imunidade tributária a pastores, já que a resolução suspensa apenas trazia as instruções aos fiscais no caso da aplicação da isenção. Disse, ainda, que aproveitou o encontro para tratar com Haddad sobre a PEC apresentada por ele que prevê imunidade tributária para templos religiosos. Segundo ele, ministro e governo são favoráveis ao mérito do tema. **● COLABOROU KARINA FERREIRA**

Vacinação

Cartão de Bolsonaro foi fraudado, conclui CGU

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

A Controladoria-Geral da União (CGU) concluiu que são falsos os registros de imunização contra a covid-19 no cartão de vacina do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

No total, foram registradas três doses fraudulentas do imunizante. A primeira delas foi inserida em julho de 2021 por meio da UBS Parque Peruche, em São Paulo. Nesse caso, a CGU, apesar de ter confirmado a fraude, não conseguiu identificar o autor da falsificação, em razão de limitações técnicas do Sistema VacVida, o portal estadual de vacinação de São Paulo.

“O registro foi inserido no Sistema VaciVida em 14/12/2021, ou seja, antes da individualização do acesso.

E isso dificultou (se não, impossibilitou) que se chegasse a uma conclusão sobre quem efetivamente teria feito o registro da vacinação do Sr. Bolsonaro. Em outras palavras, qualquer pessoa com o login e a senha de acesso da UBS Parque Peruche poderia ter feito essa inserção”, diz o texto. Para avançar na investigação, a CGU irá notificar a Corregedoria Estadual de São Paulo e o Ministério Público de São Paulo.

DUQUE DE CAXIAS. As duas outras doses foram registradas nos dias 13 de agosto e 14 de outubro de 2022, em Duque de Caxias. Aqui os investigadores chegaram a nomes de auxiliares do ex-presidente Bolsonaro e servidores do município fluminense que estariam envolvidos em um esquema de falsificação

mais ample.

Foi a partir dessa investigação da CGU que a Polícia Federal deflagrou uma operação, realizada em maio do ano passado, para prender o tenente-coronel Mauro Cid, ex-braço direito de Bolsonaro, e outras seis pessoas, entre elas, os ex-assessores Max Guilherme e Sérgio Cordeiro. Também foi cumprido o mandado de busca e apreensão na casa do ex-presidente da República.

“Apuração indica que o objetivo do grupo seria manter coeso o elemento identitário em relação a suas pautas ideológicas, no caso, sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a Covid-19”, informou a Polícia Federal, ao deflagrar a apuração.

BAIXADO. A investigação mostrou ainda que a conta do pró-

prio Bolsonaro no Conecte SUS baixou o certificado ao menos quatro vezes desde dezembro do ano passado, o que indica o uso de documentos falsos. Isso foi feito por dois auxiliares. Um deles, o coronel Mauro Cid,

Para chegar à conclusão, a

“O registro foi inserido no sistema antes da individualização do acesso. E isso dificultou que se chegasse a uma conclusão sobre quem efetivamente teria feito o registro da vacinação”

Trecho do relatório da CGU

Controladoria-Geral da União ouviu servidores da UBS Parque Peruche e da Prefeitura de Duque de Caxias, analisou os livros físicos mantidos de registros de vacinação e consultou outros órgãos, como a Força Aérea Brasileira (FAB) e o Ministério da Saúde. “A CGU atestou a impossibilidade de o registro ter sido feito através do sistema mantido pelo órgão federal”.

Procurado, Bolsonaro não havia se manifestado sobre a nota técnica da CGU até a noite de ontem.

Enquanto esteve na Presidência da República, Bolsonaro impôs sigilo de um século sobre o seu cartão de vacinação e alegou a necessidade de proteção à privacidade. Durante a pandemia, ele questionou a eficácia da vacina inúmeras vezes e desestimulou a vacinação da população. ●